



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

MANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA**, como gestora de recursos, com o propósito de normatizar as transferências financeiras às Organizações da Sociedade Civil, por meio de Termo de Parcerias, os Acordos de Cooperação e a apresentação de Prestações de Contas, define as diretrizes para a correta distribuição e gestão dos recursos, de acordo com as Leis e os normativos abaixo descritos:

- Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;
- Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e as alterações promovidas pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015;
- Decisões do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCEMG;
- Decreto Municipal nº 5.317, de 26 de maio de 2017 ;
- Parcerias celebradas;
- Demais normas aplicáveis.

2 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A Prestação de Contas é o procedimento em que se analisa e avalia a execução da parceria quanto aos aspectos de legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia, bem como o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo 2 (duas) fases:

- a) apresentação das contas: de responsabilidade da organização da sociedade civil;
- b) análise e manifestação conclusiva das contas: de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

3 PARCERIAS/FORMALIZAÇÃO

As parcerias serão formalizadas por meio de Termo de Colaboração ou Termo de

Fomento:

3.1 Termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;

3.2 Termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros;

3.3 Acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

4 DA VIGÊNCIA DAS PARCERIAS

4.1 A vigência dos Termos de Parceria deverá observar o cronograma físico-financeiro apresentado juntamente ao Plano de Trabalho.

4.1.1 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término de sua Vigência.

4.1.2 A Administração Pública deverá prorrogar de ofício a vigência do instrumento, antes do seu término, quando der causa a atraso na liberação dos recursos, limitada ao exato período do atraso verificado.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

5 PLANO DE TRABALHO

5.1 Os gastos que serão realizados na execução do objeto da parceria deverão estar detalhadamente descritos no Plano de Trabalho. Na prestação de contas não serão acatados gastos não previstos no Plano de Trabalho.

5.1.1 O Plano de Trabalho deverá ser executado em estrita observância às cláusulas avençadas no Termo de Parceria e às normas pertinentes.

5.2 Período de Execução.

5.2.1 O período de execução é todo o tempo necessário para que a Entidade cumpra o procedimento de compras e contratações, execute os gastos e realize os pagamentos pertinentes ao Plano de Trabalho.

5.3 Solicitação de realocação de recursos.

Os pedidos de realocação de recursos previstos no Plano de Trabalho, nos termos dos art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014, deverão ser devidamente formalizados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, contados da data prevista para realização dos gastos.

5.4 Da aprovação do Plano de Trabalho

A aprovação do Plano de Trabalho não gerará direito à celebração da Parceria.

6 MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS

6.1 Os recursos recebidos pelas Organizações da Sociedade Civil em decorrência de parceria serão depositados e geridos em conta bancária específica, em instituição financeira pública, determinada pela administração pública, quando isenta de tarifa.

6.1.1 Em caso de impossibilidade de celebração de acordo entre a Administração Pública e as instituições financeiras públicas para isenção de tarifas, é facultado à Organização da Sociedade Civil indicar a instituição financeira e a conta bancária específica em que serão depositados e geridos os recursos da parceria.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

6.1.2 Os saldos financeiros decorrentes das parcerias celebradas com a Administração Pública, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados no mercado financeiro, na própria instituição financeira vinculada à conta bancária específica.

6.1.3 Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

6.2 Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável.

6.3 Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

6.3.1 Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

6.3.2 Será dada preferência aos pagamentos através de cheque, quando comprovada a impossibilidade de transferência eletrônica.

6.3.2.1 Os cheques deverão ser emitidos nominalmente a favor do credor da despesa paga.

6.4 Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:

I - Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a Vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

II - Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

III - Aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

6.5 É vedada a utilização dos recursos da parceria:

- I** - Na realização de eventos que cobrem ingressos ou que recebam qualquer outro tipo de receita, salvo quando forem revertidas ao projeto, aplicadas em finalidade pública previamente definida ou creditadas ao respectivo órgão repassador, hipóteses que deverão estar especificadas no termo de parceria;
- II** - Na realização de recepção e festas que sejam de acesso restrito ao público;
- III** - Na realização de despesa de manutenção da organização de natureza contínua e que não tenha relação direta com projetos aprovados no termo de parceria;
- IV** - Na aquisição ou contratação de serviços de coquetéis, bufê ou similar;
- V** - No pagamento de gratificações, serviços de consultoria, de assistência técnica e congêneres, a servidor ou a empregado que pertença aos quadros de pessoal do município e da organização, inclusive, com recursos de contrapartida, dos resultantes da venda de ingressos e dos recebidos de outros parceiros, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;
- VI** - Em finalidade alheia ao objeto da parceria e ao previsto no plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência, salvo se autorizada mediante aditivo;
- VII** - Na realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência da parceria e em data anterior ou posterior ao prazo estabelecido para utilização do recurso;
- VIII** - No pagamento a fornecedor, em data anterior ou posterior ao prazo para utilização do recurso;
- IX** - Para pagamento antecipado;
- X** - Para pagamento de multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros;
- XI** - Para pagamento de publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

7 CONTRATAÇÕES

7.1 Para aquisição de bens e contratação de serviços com recursos repassados, a Organização da Sociedade Civil deverá adotar os Procedimentos de Compras e Contratações do Município:

7.1.1 As compras de bens, as contratações de serviços, locações e a realização de obras, para execução das parcerias celebradas pelas OSC - Organizações da Sociedade Civil com a Administração Pública reger-se-ão pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e razoabilidade.

7.1.2 A contratação de serviços, as aquisições, a venda e a locação de bens e a realização de obras efetuar-se-ão mediante seleção da melhor proposta, avaliando-se o preço, a qualidade, a técnica. O prazo de fornecimento ou de conclusão do serviço e as condições de pagamento, dentre outros critérios definidos pela OSC, que garantam a melhor utilização dos recursos para o alcance dos objetivos da parceria.

7.1.3 Para os fins deste Decreto, todas as compras, obras, serviços e locações, serão realizados mediante pesquisa simples de preços no mercado envolvendo, no mínimo, 03 (três) cotações com fornecedores, feita por telefone, internet, fax ou qualquer outro meio de apuração de preços.

7.1.4 Fica dispensado o procedimento formal de realização de pesquisa de preços previstos nos incisos 7.1.3, para as seguintes aquisições de compras e contratações:

- I** - Na aquisição de materiais, equipamentos ou serviços diretamente de produtor, fornecedor ou representante comercial exclusivo;
- II** - Em operação envolvendo concessionária de serviços públicos, cujo objeto do contrato seja pertinente ao da concessão;
- III** - Na aquisição de obras e acervos artísticos, contratação de serviços artísticos, bem como contratação de curadoria artística;
- IV** - Quando, em razão da natureza do objeto, não houver pluralidade de opções.

7.1.5. A seleção dos fornecedores de bens e serviços será criteriosa, levando-se em consideração a idoneidade, a qualidade dos materiais ou dos serviços oferecidos, os preços, assim como a garantia



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

de entrega, a facilidade de manutenção, a facilidade de reposição e a disponibilidade de atendimento em casos de urgência, quando necessário.

I - Previamente à escolha de uma cotação ou uma proposta, a Organização da Sociedade Civil deverá exercer o direito de negociar as condições das ofertas, com a finalidade de maximizar resultados em termos de qualidade e preço.

II - A validade do processo de compras e contratações não ficará comprometida em caso da não apresentação do número mínimo de propostas, tampouco pela impossibilidade de se convidar o mínimo 3 (três) fornecedores para a seleção, desde que haja justificativa.

III As decisões de compras e contratações realizadas por qualquer critério que não o de melhor preço deverão ser expressamente justificadas.

7.1.6 Todo o processo de compras, obras, contratações e locações de que trata este Decreto deverá estar devidamente documentado, a fim de facilitar futuras averiguações pelos membros e órgãos da OSC, por parte dos órgãos parceiros e pelos demais responsáveis pelo controle e fiscalização das parcerias.

7.1.7 Os contratos firmados com base neste Decreto estabelecerão, com clareza e precisão, as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes.

7.1.8 Os contratos deverão conter, no mínimo:

I - Qualificação completa das partes;

II - Seu objeto;

III - Prazo de entrega do bem, obra, serviço ou locação;

IV - Vigência;

V - Preço e forma de pagamento;

VI - Deveres e responsabilidades das partes;

VII - Sanções pelo descumprimento das obrigações;

VIII - Hipóteses de rescisão;

IX - Foro.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

7.1.9 Exige-se a celebração de contrato formal para os serviços continuados ou quando houver entrega parcelada de bens ou a exigência de fornecimento de garantias.

7.1.10 No caso de contratos celebrados com pessoas jurídicas, deverão ser apresentados a cópia de seu ato constitutivo e as alterações, ou ato constitutivo consolidado, bem como as atas de eleição dos dirigentes, além de outros documentos que a OSC julgar necessários, de acordo com o tipo de contrato a ser celebrado.

8 PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 A prestação de contas deverá ser elaborada observando-se as regras previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 e neste Manual de Prestação de Contas, nos prazos e normas de elaborações constantes do instrumento de parceria e do plano de trabalho.

8.2 A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

8.2.1 Serão glosados nas prestações de contas os valores que não atenderem ao disposto no item 6 deste manual.

8.2.2 Os dados financeiros serão analisados com o objetivo de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

8.2.3 A análise da prestação de contas deverá considerar a concretização dos objetivos e os resultados alcançados.

8.2.4 A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.

8.3 A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-á, por meio da publicação dos extratos dos atos.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

8.4 A prestação de contas das parcerias celebradas será endereçada ao órgão repassador dos recursos e conterá os seguintes documentos:

I - Cópia do Plano de Trabalho;

II - Cópia do Termo de Parceria;

III - Ofício de encaminhamento da Prestação de Contas, conforme anexo I;

IV - Relatório de Execução do Objeto (anexo II), elaborado pela organização da sociedade civil, assinado pelo seu representante legal, contendo as atividades desenvolvidas para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados, a partir do cronograma acordado;

V - Documentos de comprovação da realização das ações, tais como notas fiscais, faturas, recibos, fotos e vídeos, se for o caso;

VI - Relatório de Execução Financeira (anexo III), assinado pelo seu representante legal e o contador responsável, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas;

VII - Relação de pagamentos efetuados (anexo IV);

VIII - Execução da Receita e Despesa (anexo V);

IX - Conciliação Bancária se for o caso (anexo VI);

X - Cópia do extrato da conta bancária específica do período correspondente;

XI - Comprovação da aplicação financeira do recurso;

XII - Termo de compromisso (anexo VII) assinado pelo responsável, no qual conste a afirmação de que os documentos relacionados ao Termo de Parceria serão guardados pelo prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente à manifestação conclusiva da prestação de contas final da parceria.

XIV - demais documento que comprovem a boa e regular aplicação dos recursos, de acordo com a legislação Vigente, tais como:

- a)** comprovantes das transferências, que deverá ser procedido em favor do credor da despesa paga;
- b)** cópia dos cheques emitidos nominalmente em favor do credor da despesa paga, quando for o caso;
- c)** guia de recolhimento do saldo de recursos não aplicados;



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

d) guia de recolhimento de Imposto Sobre Serviços (ISS), em decorrência de retenção obrigatória, quando for o caso;

e) outros documentos conforme a necessidade e o objeto de cada parceria.

XV - O comprovante de despesa deverá:

a) estar preenchido com clareza e sem rasuras capazes de comprometer sua credibilidade e ainda deverá trazer anotado o número da parceria e conter a seguinte inscrição: “certifico ou declaro recebimento das mercadorias/serviços”.

b) se referente a gastos com publicidade escrita, estar acompanhado de cópia do material divulgado; se radiofônica ou televisiva, de gravação da peça veiculada;

c) no caso de aluguel autorizado na parceria, ser acompanhado de cópia do contrato de locação, em nome da organização da sociedade civil, na prestação de contas da primeira parcela de recursos repassados;

d) demonstrar a retenção do Imposto Sobre Serviços (ISS), em nota fiscal de prestação de serviços, de profissional autônomo;

e) no caso de pagamento de pessoal, deverá ser apresentada, na prestação de contas da primeira parcela, uma cópia do registro funcional de cada funcionário remunerado com recursos da parceria;

f) apresentar demonstrativo detalhado das horas técnicas efetivamente realizadas nos serviços de assistência, de capacitação e promoção de seminários e congêneres;

g) em caso de serviços de adequação de espaço físico que caracterize serviços de engenharia, e quando exigíveis pelos Conselhos de Engenharia ou Arquitetura, apresentar a ART - Anotação de Responsabilidade Técnica ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica, de execução e de fiscalização e laudo técnico de cada medição, assinados pelo engenheiro responsável;

h) em caso de contratação de serviços técnicos regulamentados por conselho de classe, deverá ser apresentado o comprovante de habilitação do profissional responsável, bem como o registro da pessoa física e/ou jurídica no respectivo conselho.

XVI - As Notas Fiscais conterão:

a) o nome, o endereço e o CNPJ da organização;



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

- b) data de realização da despesa e a discriminação precisa de seu objeto, com identificação de seus dados, como tipo do material, quantidade, marca e modelo, etc.;
- c) os valores unitários e totais das mercadorias adquiridas.

XVII - em caso de conserto de veículo em nome da organização ou compra de combustível ou lubrificante, a identificação da placa e da quilometragem registrada no hodômetro, salientando que estas despesas são consideradas, via de regra, administrativas;

XVI - A comprovação de despesa com serviços prestados por pessoa jurídica ou compras será feita mediante apresentação da nota fiscal correspondente, em primeira via, não sendo aceito recibo, salvo quando dispensadas por lei de sua emissão, com indicação expressa do enquadramento de um dos itens do Plano de Trabalho.

XIX - O Órgão técnico signatário do termo de parceria deverá considerar, ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente:

a) relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

b) relatório técnico de monitoramento e avaliação devidamente homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.

XX - O Secretário emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria celebrada.

XXI - No caso de parcela única, o Secretário emitirá parecer técnico conclusivo para fins de avaliação do cumprimento do objeto.

XXII - No caso de previsão de mais de 1 (uma) parcela, a organização da sociedade civil deverá apresentar prestação de contas parcial, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto vinculadas à parcela liberada.

8.5 Notas Fiscais:

8.5.1 Quando houver emissão de notas fiscais ou faturas, o responsável pelo termo de parceria deverá observar:

I - Se a nota fiscal ou a fatura foi emitida dentro do período de vigência do Termo de Parceria;



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

III - Se consta na nota fiscal ou na fatura, o detalhamento de todas as despesas realizadas (descrição dos produtos adquiridos e/ou dos serviços prestados);

IV - Se a nota fiscal ou a fatura foi emitida em nome da Organização da Sociedade Civil;

V - Se a nota fiscal ou a fatura foi emitida com rasuras, ou em nome de terceiros, ou com o prazo de emissão expirado, ou ainda com descrição de produtos ou serviços fora do ramo de atividade da empresa contratada;

VI – Se estão dentro do prazo de validade as certidões que comprovem a regularidade fiscal da empresa junto ao INSS, ao Município, ao FGTS e à Receita Federal, quando se tratar de compras, obras, serviços e locações com valor total acima de R\$ 3.000,00 por fornecedor.

8.6 Formas de apresentação dos documentos e recomendações:

8.6.1 Papéis Termossensíveis

Quando os documentos comprobatórios forem impressos em papel termossensível (tipo fax) ou outros materiais que se apagam com o tempo, será obrigatória a apresentação de fotocópia do mesmo.

8.6.2 Extratos Bancários

Apresentar extrato da Conta Corrente e da Aplicação Financeira, com a movimentação completa do período, desde a abertura até o seu encerramento para parcelas únicas, e da data do depósito da parcela até o último dia de utilização do recurso do período, para duas ou mais parcelas.

8.6.3 Comprovantes das Despesas Realizadas

I - Para efeitos legais e de registros contábeis, o comprovante regular de despesa pública deve ser o documento que, por imposição de leis e regulamentos, é destinado ao credor, ou seja, todos os documentos devem estar no nome da OSC;

II - Na aquisição de bens, ou qualquer operação sujeita a tributo, o comprovante hábil deve ser a nota fiscal;

III - A comprovação fiscal de serviços prestados por pessoa física (brasileira ou estrangeira) deverá ser através de notas fiscais avulsas retiradas junto ao município onde ocorreu a realização do serviço. Será necessário comprovar o recolhimento do tributo correspondente (ISS) quando for o caso;



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

IV - A comprovação fiscal de serviços prestados por pessoa jurídica de direito privado deverá ser através de nota fiscal avulsa ou nota fiscal de prestação de serviços própria;

V - A nota fiscal, para fins de comprovação da despesa do contrato, deverá obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, e ser emitida dentro do período de vigência da parceria.

VI - Admite-se a apresentação de recibo apenas no caso de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária, o qual deverá conter, no mínimo, descrição precisa e específica dos serviços prestados, nome, endereço, número do documento de identidade e do CPF do emitente, valor pago, de forma numérica e por extenso, e discriminação das deduções efetuadas, quando for o caso;

VII - O documento comprobatório da despesa deverá conter a expressão “parceria”, seguido do nº do instrumento e do carimbo de “certifico” com a assinatura do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

VIII - Os comprovantes de despesas deverão apresentar-se preenchidos com clareza e sem rasuras para que possam comprometer a sua credibilidade, indicando, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a data de emissão, o nome e o endereço da entidade;
- b) a discriminação precisa do objeto da despesa, quantidade, marca, tipo, modelo, qualidade e demais elementos que permitam sua perfeita identificação;
- c) os valores, unitário e total, das mercadorias e serviços e o valor total da operação;

IX - As notas fiscais relativas a combustíveis, lubrificantes e consertos de veículos conterão, ainda, a identificação do número da placa e a quilometragem registrada no hodômetro, adotando-se procedimento análogo nas despesas em que seja possível aplicar controle semelhante. Anexar uma fotocópia do documento do veículo às notas fiscais relativas a despesas com o mesmo;

X - No caso de pagamento de aluguel para pessoa física, dependendo do valor, fazer a retenção do IRRF e apresentar a guia do imposto paga;

XI - Todos os holerites e RPAs apresentados devem ser assinados pelos respectivos funcionários. Na primeira parcela deve-se apresentar uma cópia do registro funcional do mesmo;

XII - No caso de apresentação de RPA (Recibo de Pagamento a Autônomo), o mesmo deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

- a) Nome completo do prestador de serviço;
- b) Função desempenhada, cargo;
- c) Data da contratação;
- d) Horas de trabalho que estão sendo remuneradas e o valor da mesma;
- e) Descrição dos trabalhos desempenhados;
- f) Mês a que se refere o pagamento;
- g) Nome da organização e CNPJ;
- h) Retenções: quais e valores;
- i) Valor total pago, numérico e por extenso;
- j) Data e assinatura do prestador de serviço.

Os elementos elencados abaixo, do item 8.6.4 até 8.6.9 deverão ser apresentados em anexo ao respectivo comprovante de despesa.

8.6.4 Comprovantes de Pagamento

Cópia dos comprovantes dos pagamentos realizados.

8.6.5 Encargos Tributários

Anexar os comprovantes de pagamento de encargos tributários incidentes sobre cada etapa executada da adequação de espaço físico e dos serviços, quando houver.

8.6.6 Orçamentos

Os orçamentos deverão ser assinados pelo gestor da parceria nas cópias, e os originais devem ser em papel timbrado com a identificação da empresa, com carimbo e CNPJ da empresa, contendo telefone de contato, data da pesquisa, detalhamento do bem ou serviço, incluindo quantidade, valor unitário, valor total e estar assinado pelo representante legal. Em caso de orçamento de pessoa física, apresentar também cópia da identidade do fornecedor. Os orçamentos deverão ser emitidos por fornecedores dos quais suas atividades principais ou secundárias coincidam com os produtos ou serviços orçados.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

Quando os orçamentos forem encaminhados via correio eletrônico, solicitar aos fornecedores que digitalizem os orçamentos e, na prestação de contas, apresente cópia do corpo do e-mail e do orçamento.

8.6.8 Relatório de Abastecimento de Combustível

Em caso de despesas com abastecimento de combustível, apresentar relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações de cada abastecimento:

- a) Placa do veículo;
- b) numeração do hodômetro;
- c) data;
- d) quantidade;
- e) valor unitário;
- f) valor total.

Estas informações deverão ser organizadas em ordem cronológica e devem estar de acordo com as informações extraídas do documento fiscal.

Junto à nota fiscal de combustível deve ser anexada fotocópia do documento do veículo.

8.6.9 Execução de obras

Apresentar boletins de medição, diário de obras, fotos antes, durante e depois da execução. Termo de conclusão dos serviços executados, atestado pelo Engenheiro Responsável pelo acompanhamento da obra.

8.7 Contrapartida

Nas parcerias sujeitas à apresentação de Contrapartidas através de recursos financeiros e/ou de bens e serviços economicamente mensuráveis, deverão ser observadas as seguintes condições:

I - Quando financeira, a contrapartida deverá ser depositada na conta bancária única específica do termo de colaboração ou fomento, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso; e



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

II - Quando prestada por meio de bens e serviços, deverá indicar a forma de aferição do valor correspondente, comprovado por meio de orçamentos ou composição de custos.

8.7.1 Detalhamento da Contrapartida

Deverá ser detalhada no Plano de Trabalho, informando-se todos os elementos de despesa.

8.7.2 Contrapartida Financeira

O recurso referente à Contrapartida Financeira deverá ser depositado na conta específica da parceira até 90 (noventa) dias úteis do depósito realizado pelo município, e comprovada no mesmo processo de Prestação de Contas.

8.7.3 Contrapartida em Bens e Serviços

Produtos ou serviços utilizados na parceria, fornecidos pelo proponente, devem ser quantificados em reais, de acordo com preço de mercado, devidamente comprovado através de declarações, recibos, contratos e/ ou outros documentos pertinentes.

Também deverá ser comprovado que os recursos ou os bens referentes à contrapartida proposta, quando for o caso, estão devidamente assegurados.

8.7.4 Outras Informações de Contrapartida

- a) após a celebração da parceria, não poderá ser alterada a modalidade da contrapartida;
- b) a Contrapartida financeira deverá ser aportada proporcionalmente às parcelas a serem repassadas pelo contratante;
- c) Em caso de atraso no repasse dos recursos pelo município, a organização poderá aportar antecipadamente o valor da contrapartida para a execução do objeto.

8.8 Alterações do Objeto do Termo de Colaboração ou Fomento

É vedada a alteração do objeto do termo de colaboração ou fomento. Não constitui alteração do objeto a ampliação ou a redução dos quantitativos previstos no plano de trabalho, desde que não prejudique a funcionalidade do objeto e seja autorizada pelo Administrador.

8.9 Despesas Fora do Plano de Trabalho

É vedada a utilização dos recursos em desacordo ao previsto no plano de trabalho, ainda que em caráter de emergência. Qualquer alteração no plano de trabalho deverá ser



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

previamente autorizada pelo administrador, desde que não prejudique a funcionalidade do objeto do termo de colaboração ou fomento.

8.9.1 Despesas Fora da Vigência da Parceria

É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência da parceria.

8.9.2 Pagamento Fora da Vigência da Parceria

É vedado o pagamento a fornecedor em data posterior à vigência do instrumento.

8.9.3 Pagamentos Antecipados

É vedado o pagamento antecipado, ou seja, anterior à data de emissão da nota fiscal pelo fornecedor e efetiva entrega do bem ou serviço.

8.10 Apresentação da Prestação de Contas

8.10.1 A organização da sociedade civil está obrigada a prestar as contas finais da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria, ou conforme estabelecido no respectivo instrumento.

8.10.2 O dever de prestar contas surge no momento da liberação da primeira parcela dos recursos financeiros.

8.11 Análise da Prestação de Contas.

8.11.1 Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido, mediante notificação, prazo de até 30 (trinta) dias, para a organização de a sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

8.11.2 Este prazo poderá ser prorrogado, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e a comprovação de resultados.

8.11.3 Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação Vigente.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

8.12 Manifestação Conclusiva

8.12.1 A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos no plano de trabalho aprovado e no termo de colaboração ou de fomento, devendo dispor sobre:

- I** - Aprovação da prestação de contas;
- II** - Aprovação da prestação de contas com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou
- III** - Rejeição da prestação de contas e a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.

8.12.2 As impropriedades que derem causa às ressalvas ou à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público, devendo ser levadas em consideração por ocasião da assinatura de futuras parcerias com a administração pública, conforme definido em regulamento.

8.12.4 As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, a execução do objeto do termo de parceria, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte em dano ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes ocorrências:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) não execução do objeto do termo de parceria, prática de ato de gestão ilegal, ilegítimo ou antieconômico, ou de infração a norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos. Parágrafo único A autoridade competente para assinar o termo de parceria é a responsável pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas, tendo como base os pareceres técnicos.



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

8.13 Arquivamento da Prestação de Contas.

8.13.1 Os processos de prestação de contas permanecerão arquivados sob a guarda da Divisão de Contabilidade da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da manifestação conclusiva da prestação de contas final da parceria.

9 DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

9.1 A instauração e o procedimento da Tomada de Contas Especial obedecerá à legislação vigente e às normas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado.

9.2 O administrador, sob pena de responsabilidade solidária, deverá imediatamente adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas especial para apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, por determinação do Tribunal de Contas ou ao tomar conhecimento que:

I - A Organização deixou de prestar contas, depois de notificada da inadimplência;

II - Não foi aprovada a prestação de contas, em razão de:

- a)** inexecução parcial ou total do objeto pactuado;
- b)** apropriação indevida de bens e dinheiros inerentes à Parceria, ou sua aplicação com desvio de finalidade;
- c)** omissão da organização na devolução de recursos ao erário, relativos a despesas impugnadas, no prazo estipulado;
- d)** inexecução da contrapartida quando esta for prevista, ou a sua regular comprovação; ou
- e)** não restar demonstrados os rendimentos obtidos com a aplicação financeira dos recursos transferidos e a regularidade da sua utilização, conforme a Parceria.

II - Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, na execução da Parceria.

9.3 O servidor encarregado do controle ou da instrução dos processos de prestações de contas responderá administrativamente e por omissão no cumprimento do dever legal, caso deixe



Município de Carmo do Paranaíba

CNPJ: 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 - PABX: (34) 3851-2300- FAX: (34) 3851-2277
CEP 38840-000 – Carmo do Paranaíba - MG

de informar à autoridade superior, a falta de prestação de contas ou a existência de irregularidade apurada em documentação apresentada.

9.4 Caso a entidade apresente intempestivamente a prestação de contas ou recolha aos cofres públicos os valores apurados com os gravames cabíveis, será encerrado o processo de tomada de contas especial porventura instaurado, por deixar de se justificar, e determinação do responsável pela aprovação:

- I** - No caso da prestação de contas, a sua análise e instrução, pelo setor competente;
- II** - Quanto aos valores devolvidos, o exame de regularidade do recolhimento efetuado, para ser providenciada a baixa de responsabilidade correspondente.

Carmo do Paranaíba, 01 de junho de 2017

CESAR CAETANO DE ALMEIDA FILHO

Prefeito Municipal

SIRLENE FATIMA DE ANDRADE BRANDÃO

Secretaria Municipal de Controle Interno